

Juros do cartão de crédito rotativo avançam e chegam a 451,5% ao ano

Taxas médias cobradas por bancos sobem para famílias e empresas

As taxas médias de juros cobradas pelos bancos subiram para famílias e empresas em agosto, de acordo com as Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas nesta segunda-feira (29), pelo Banco Central (BC), em Brasília.

Nas operações de crédito livre para pessoas físicas o destaque foi o avanço de 5,3 pontos percentuais (pp) na taxa do cartão de crédito rotativo, chegando a 451,5% ao ano.

A modalidade é uma das mais altas do mercado. Mesmo com a limitação de cobrança dos juros do rotativo - em vigor desde janeiro do ano passado - os juros seguem variando sem uma queda expressiva ao longo dos meses. Isso porque a medida visa reduzir o endividamento, mas não afeta a taxa de juros pactuada no momento da contratação do crédito.

Nos 12 meses encerrados em agosto, os juros do cartão de crédito rotativo subiram 24,6 pp para as famílias. O crédito rotativo dura 30 dias e é tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão de crédito. Ou seja, contrai um empréstimo e começa a pagar juros sobre o valor que não conseguiu quitar.

Após os 30 dias, as instituições financeiras parcelam a dívida do cartão de crédito. Neste caso do cartão parcelado, os juros caíram 2,7 pp no mês e 1,6 pp em 12 meses, indo para 180,7% ao ano.

No total, a taxa média de juros das concessões de crédito livre para famílias teve aumento de 0,5 pp em agosto, acumulando alta de 6,6 pp em 12 meses e chegando a 58,4% ao ano.

No caso das operações com empresas, os juros médios nas novas contratações de crédito livre tiveram incremento de 0,2 pp no mês e 4,2 pp em 12 meses, alcançando 25,2%. Destaca-se, nesse cenário, a alta mensal de 9,6 pp na taxa média de juros das operações de capital de giro com prazo até 365 dias, que chegou a 38% ao ano.

No crédito livre, os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no

Juros do cartão de crédito rotativo avançam e chegam a 451,5% ao ano

mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já o crédito direcionado - com regras definidas pelo governo - é destinado basicamente aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

No caso do crédito direcionado, a taxa para pessoas físicas ficou em 11,1% ao ano em agosto, com redução de 0,2 pp em relação a julho e aumento de 1,1 pp em 12 meses. Para empresas, a taxa teve variação negativa de 0,1 pp no mês e alta de 2,7 pp em 12 meses, indo para 13,6% ao ano.

Juros em alta

Com isso, considerando recursos livres e direcionados, para famílias e empresas, a taxa média de juros das concessões em agosto aumentou 0,2 pp no mês e 4,2 pp em 12 meses, atingindo 31,8% ao ano.

Como esperado, a alta dos juros bancários acompanha o ciclo de elevação da taxa básica de juros da economia, a Selic, definida em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. A Selic é o principal instrumento usado pelo Banco Central para controlar a inflação.

Ao aumentar a taxa, o BC visa esfriar a demanda e conter a inflação, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança, fazendo com que as pessoas consumam menos e os preços caiam. O próximo encontro do Copom para definir a Selic será em novembro e a previsão é que a taxa fique em 15% ao ano, pelo menos, até o fim de 2025.

Da mesma forma, o *spread bancário* apresentou alta de 0,3 pp no mês e 2,2 pp em 12 meses. Ele mede a diferença entre o custo de captação dos recursos pelos bancos e as taxas médias cobradas dos clientes. O *spread* é uma margem que cobre custos operacionais, riscos de inadimplência, impostos e outros gastos e resulta, assim, no lucro dos bancos.

Aumento no saldo

Em agosto, as concessões de crédito chegaram a R\$ 633,8 bilhões. Nas séries sazonalmente ajustadas, elas recuaram 0,2% no mês, com redução de 2,3% nas

Juros do cartão de crédito rotativo avançam e chegam a 451,5% ao ano

operações com pessoas jurídicas e expansão de 1,5% com as famílias.

Em 12 meses, as concessões nominais cresceram 11,4%, com altas de 14% nas operações com empresas e de 9,3% com pessoa física. Com isso, o estoque de todos os empréstimos concedidos pelos bancos do Sistema Financeiro Nacional (SFN) ficou em R\$ 6,757 trilhões, um crescimento de 0,5% em relação a julho. Esse resultado decorreu das expansões de 0,2% e de 0,7% das carteiras de crédito para pessoas jurídicas e famílias, respectivamente, cujos saldos fecharam o mês em R\$ 2,547 trilhões e R\$ 4,209 trilhões, na mesma ordem.

O crédito ampliado ao setor não financeiro - que é o crédito disponível para empresas, famílias e governos, independentemente da fonte (bancário, mercado de títulos ou dívida externa) - alcançou R\$ 19,748 trilhões, com aumento de 1,1% no mês, refletindo principalmente o acréscimo de 2,8% nos títulos públicos de dívida.

Em 12 meses, o crédito ampliado cresceu 11,7%, com avanços nos títulos públicos de dívida (17,0%), nos empréstimos do SFN (9,7%) e nos títulos privados de dívida (17,2%).

Endividamento das famílias

Segundo o Banco Central, a inadimplência - atrasos acima de 90 dias - registrou 3,9% em agosto, sendo 4,8% nas operações para pessoas físicas e 2,6% com pessoas jurídicas.

O endividamento das famílias - relação entre o saldo das dívidas e a renda acumulada em 12 meses - ficou em 48,6% em julho, redução de 0,2% no mês e aumento de 0,7% em 12 meses. Com a exclusão do financiamento imobiliário, que pega um montante considerável da renda, o endividamento ficou em 30,4% no sétimo mês do ano.

 Banco Central diz que inadimplência foi de 3,9% em agosto, sendo 4,8% nas operações para pessoas físicas e 2,6% com pessoas jurídicas. Foto: **Antonio Cruz/Agência Brasil**

Já o comprometimento da renda - relação entre o valor médio para pagamento das dívidas e a renda média apurada no período - ficou em 27,9% em julho, aumento de 0,1% na passagem do mês e 1% em 12 meses.

Juros do cartão de crédito rotativo avançam e chegam a 451,5% ao
ano

Os dois últimos indicadores são apresentados com uma defasagem maior do mês de divulgação, pois o Banco Central usa dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Andreia Verdélio - Repórter da Agência Brasil

Publicado em 29/09/2025 - 15:01

Brasília